

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – DR. DIMAS
RAMALHO.**

Ref.: TC nº 4546.989.18-7

Contas Anuais – Exercício de 2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, representado por seus procuradores que ao final subscrevem, vem à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. Despacho de fls., apresentar as **Justificativas** em face do contido no relatório da auditoria dessa C. Corte, fazendo-o com fulcro no previsto pela Lei Complementar nº. 709/93, bem como, requerer a juntada dos documentos pertinentes à matéria em exame.

O processo em tela versa sobre a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2018 apresentada a esse Egrégio Tribunal, para os fins do disposto no inciso II do artigo 2º da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, bem como do artigo 192 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Contas.

A Auditoria dessa Egrégia Corte de Contas, ao elaborar o relatório referente ao resultado da inspeção “in loco”, apontou em sua conclusão algumas ocorrências que merecem esclarecimentos por parte da municipalidade.

Porém, antes de se fazer isso, ou seja, de se adentrar o mérito das questões indicadas pela zelosa auditoria, faz-se relevante registrar que, mesmo após ajustes promovidos pela auditoria, o município deu atendimento mínimo obrigatório nas políticas cruciais da administração pública, conforme quadro abaixo:

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2018 a Prefeitura Municipal aplicou os recursos arrecadados da seguinte forma:

	EFETIVADO	ESTABELECIDO
Ensino <i>(Constituição Federal, artigo 212)</i>	25,98%	<i>Mínimo = 25%</i>
Despesas com Profissionais do Magistério <i>(ADCT da Constituição Federal, artigo 60, XII)</i>	78,03%	<i>Mínimo = 60%</i>
Utilização dos recursos do FUNDEB <i>(Artigo 21, § 2º, da Lei Federal n. 11.494/07)</i>	100%	<i>Mínimo 95% no exercício 5% no 1º trimestre seguinte</i>
Saúde <i>(ADCT da Constituição Federal, artigo 77, inciso III)</i>	26,21%	<i>Mínimo = 15%</i>

Despesas com pessoal (<i>Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 20, III, alínea "b"</i>)	49,74%	<i>Máximo = 54%</i>
EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA – Resultado do Exercício: Déficit 3,76%		
EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA – Investimentos: RCL 1,90%		

DEMAIS OBRIGAÇÕES LEGAIS/ CONSTITUCIONAIS

O Município efetuou os repasses à Câmara Municipal em conformidade com o artigo 29-A da Constituição Federal.
O Município efetuou recolhimento de encargos sociais.
O Município efetuou o pagamento dos requisitórios de baixa monta.
O Município está cumprindo parcelamentos de débitos previdenciários.

Pois bem. Tais dados, extraídos do relatório da fiscalização, evidenciam a *regularidade e a responsabilidade do município no trato da coisa pública*; o bom uso dos recursos públicos pagos pelos contribuintes e o cumprimento do ordenamento jurídico vigente, razão pela qual, desde já, pede-se, respeitosamente, a essa Colenda Corte de Contas, a emissão de parecer favorável à aprovação das contas do município de Monte Mor, atinente ao exercício de 2018.

Quanto aos demais apontamentos constantes do relatório da auditoria, esses não têm o condão de macular a regularidade das contas em análise e conseqüentemente a sua aprovação, por se

constituírem, em sua maioria, de ocorrências de ordem formal, sanáveis ou já regularizadas, ou mesmo passíveis de esclarecimentos e aceitação.

É o que pretendemos demonstrar com estas justificativas, que pedimos, desde já, sejam processadas e acolhidas.

Convém ilustrar, a fim de tornar mais sucintas as alegações, que tomamos a liberdade de enfocar individualmente apenas os itens do relatório nos quais a douta auditoria haja apontado alguma possível irregularidade, permitindo, por desnecessário, passar ao largo dos demais itens, destarte, reputados regulares.

Seguem, portanto, os esclarecimentos e as considerações que se entendem pertinentes, apoiados pela inclusa documentação, na ordem relacionada no relatório da inspeção:

APONTAMENTOS E JUSTIFICATIVAS

PERSPECTIVA A - PLANEJAMENTO

A.1.1 - A Prefeitura não regulamentou o sistema de Controle Interno;

Em que pese as considerações da Fiscalização, esclarecemos que o Controle Interno da Prefeitura Municipal de Monte Mor encontra-se em pleno funcionamento.

Prova disso que a própria Fiscalização atestou que houve a designação de servidor para exercer a função do Controle Interno, através da Portaria n. 3.300 de 13/11/2013.

Apesar de não haver regulamentação do Controle Interno, a Municipalidade ciente de tal apontamento se compromete a iniciar os estudos para a regulamentação do Sistema de Controle Interno.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que já estão em andamento os estudos necessários ao aperfeiçoamento e otimização desses relatórios, de maneira que na menor brevidade possível essa questão estará equacionada.

Sendo assim, não pode o referido apontamento servir de motivo para juízo de reprovação por parte dessa Colenda Corte de Contas, pelo que requer, desde já, seja o apontamento relevado.

A.2.1 – Falhas verificadas na estrutura administrativa voltada ao planejamento, em Especial autorização para abertura de créditos adicionais em percentual de 20% e para realização de remanejamento, transposição e transferência por meio de decreto;

A.2.2 – Falhas verificadas na fase de planejamento e respectiva execução;

Salutar lembramos que não há qualquer vedação legal que traga um limite para a abertura de créditos adicionais por parte dos Entes municipais, portanto, tal apontamento reflete uma imposição não trazida pelo ordenamento jurídico.

Isto posto, o percentual aqui tratado foi submetido ao crivo dos legisladores municipais que o entenderam razoável, tanto é que o aprovaram sem qualquer ressalva. Aliás, o percentual autorizado é pouco superior àquele trazido pela legislação estadual que trata do orçamento do Estado para o mesmo exercício.

A Lei Orçamentária do Estado de São Paulo – Lei 16.646, de 11 de janeiro de 2018 – assim prevê em seu Artigo 90:

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I - abrir, durante o exercício, **créditos suplementares até o limite de 17% (dezesete por cento) da despesa total fixada** no artigo 4º desta lei, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- II - abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;
- III - **abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.**

Parágrafo único - Não onerarão o limite previsto no inciso I deste artigo, os créditos destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 9% (nove por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

Como se observa os legisladores estaduais ao analisarem a proposta orçamentária do Estado consideraram regular o

percentual de 17% (dezessete por cento) proposto pelo Executivo para os créditos adicionais suplementares.

Tanto é que além da autorização citada, os legisladores estaduais autorizaram, ainda, que o Executivo Paulista pode abrir outros créditos adicionais, desta vez por anulação de recursos (este é o comando do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320) até o limite de mais 15%, ou seja, a autorização para a abertura de créditos adicionais no Estado é de 33% (trinta e três por cento), além, claro, do total da Reserva e Contingência e dos créditos destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados; cujo limite é de 9%(nove por cento).

Desta forma, pleiteia-se que esse quesito seja analisado com a mesma medida utilizada para a análise das contas do Governador do Estado, que não sofreram reprimenda.

A.2.3 – Falhas relativas à realização das audiências públicas e à restrição da participação popular;

Como se sabe, a Audiência pública é o processo pelo qual se permite a participação da população nas decisões, onde o Poder Público, lhes consulta sobre assuntos de seu interesse. Caracteriza-se como um instrumento de legitimação das decisões, de forma democrática, através da manifestação direta da população.

A função primordial é a transparência e a participação popular na coisa Pública, assim, por se tratar de cidade de pequeno porte, os Secretários, Servidores e Prefeito Municipal, têm contato direto com a população e, conseqüentemente, com os problemas,

necessidades e deficiências. Todas as reivindicações são expostas aos secretários e nas reuniões de planejamento, são apresentadas e discutidas, visando a solução.

No mais, as audiências são realizadas de modo a compatibilizar a rotina dos vários atores que dela participam, assim sendo, afirmar que a realização desta em horário noturno ou aos finais de semana traria mais participação popular, nos parece um equívoco, pois, o problema de base reside no pouco interesse da população em conhecer as contas públicas.

A.2.4 - Não foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão

Foi promulgada em 26 de junho de 2017 a Lei 13.460, que dispôs sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública - Lei da Ouvidoria – que em seu trecho final traz a seguinte disposição:

Art. 25. Esta Lei entra em vigor, a contar da sua publicação, em:

I - trezentos e sessenta dias para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de quinhentos mil habitantes;

II - quinhentos e quarenta dias para os Municípios entre cem mil e quinhentos mil habitantes; e

III - setecentos e vinte dias para os Municípios com menos de cem mil habitantes.

Assim, o prazo para a implantação dos Serviços de ouvidoria é, 17 de junho de 2019, vez que nosso Município tem uma população inferior a cem mil habitantes.

PERSPECTIVA B – GESTÃO FISCAL

B.1.1 - Abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no percentual de 37,26% da Despesa Fixada (inicial);

B.1.1 - Resultado Orçamentário deficitário, a despeito de o município ter sido alertado 10 vezes acerca do descompasso entre Receitas e Despesas, considerando ainda que o percentual de investimento foi mais baixo que nos anos anteriores;

O déficit orçamentário se justifica por uma série de fatores e dificuldades encontradas em 2018, porém, se considerarmos que as aplicações realizadas na área da Saúde e Educação foi significativamente superior aos mínimos constitucionalmente impostos teríamos superávit, como abaixo se apresenta:

A aplicação na saúde de 26,21%, vez que as necessidades da população aumentam a cada dia, situação piorada com a aprovação pelo Congresso Nacional da PEC que limitou os gastos da União na área; à judicialização da saúde, que parece ser não ter fim, haja vista que todos os dias recebemos decisões judiciais para adquirir medicamentos que não constam da nossa lista de medicamentos obrigatórios.

Este quadro trouxe nosso percentual de gastos na saúde a extrapolar o mínimo constitucional em **11,21%**, assim, caso não aplicássemos este valor a maior teríamos a seguinte situação:

Receita de Impostos	R\$ 125.172.316,30
Aplicação obrigatória de 15%	R\$ 18.775.847,45
Total Aplicado – 26,21%	R\$ 32.801.415,02
Aplicado à maior	R\$ 14.025.567,57

Já a aplicação na Educação esteve no patamar de **25,98%**, tendo sido aplicado à maior 0,98%. Poderíamos fazer como o faz o Estado que aplica o percentual raso, caso o fizéssemos teríamos a seguinte situação:

Receita de Impostos	R\$ 127.640.452,82
Aplicação obrigatória de 25%	R\$ 31.910.113,21
Total aplicado – 25,98%	R\$ 33.156.372,74
Aplicado à maior	R\$ 1.246.259,53

Ademais, o valor do déficit orçamentário corresponde a menos de um mês de receita, se considerarmos a receita total arrecadada no exercício de 2018 que montou em R\$ 191.274.463,67 temos uma receita líquida mensal de R\$ 15.939.538,63, logo, se dividirmos este valor por 30, teremos R\$ 531.317,95, assim sendo o déficit corresponde a 14 dias de arrecadação do município, atendendo, portanto, a jurisprudência desta Corte¹, como:

PEDIDO DE REEXAME
TC-001516/026/12
Município: Francisco Morato.

Sendo assim, entendo que o **déficit orçamentário de 3,09% merece ser relevado, uma vez que se encontra em patamar perfeitamente tolerado por**

¹ TC's: 00037/026/14 da Prefeitura Municipal de Campinas, exercício: 2014; 0.415/026/14 da Prefeitura Municipal de Casa Branca, exercício: 2014; 2354/026/15 da Prefeitura Municipal de Irapuru, exercício: 2015

este Tribunal, tendo em vista que o déficit financeiro apurado não ocasionou situação insustentável às finanças municipais, pois correspondeu a pouco mais de 1 duodécimo da receita arrecadada. **(g.n.)**

TC-002434/026/15

PREFEITURA MUNICIPAL: RINÓPOLIS

De fato, embora a documentação acostada aos autos evidencie elevado déficit orçamentário de R\$2.040.307,18, equivalente a 9,41% da receita realizada, a maior parte desse resultado negativo é proveniente de empenho não liquidado relativo a convênio realizado com o Governo do Estado para construção de Creche. Como argumentado pela defesa e ponderado pela fiscalização em seu relatório, desconsiderando do resultado a parcela não repassada do convênio (R\$1.240.534,59), bem como o superávit financeiro do exercício anterior (R\$147.718,76), **obtem-se um déficit orçamentário efetivo de R\$652.053,73, ou 3% da receita realizada, valor inferior a um mês de arrecadação e usualmente aceito pela jurisprudência desta Corte de Contas.** O déficit financeiro de R\$1.886.779,02, embora seja superior a um mês de arrecadação, igualmente pode ser amenizado por conta do valor não repassado pelo Governo do Estado, que também afeta o índice de liquidez imediata. Isso porque grande parte do passivo financeiro é composto de restos a pagar não processados, que por sua vez contém o valor empenhado com recursos estaduais pendentes de recebimento. Corroborando ainda para o juízo favorável das contas o fato de todos os índices estabelecidos pela Constituição Federal terem sido atingidos, bem

como os investimentos da ordem de 8,84% da Receita Corrente Líquida e a inexistência de dívida consolidada. Nesse contexto, as inadequações constatadas em relação à gestão orçamentária e financeira do Município podem ser relevadas. **(g.n)**

Processo: TC- 0002683/026/15

PREFEITURA MUNICIPAL NOVAIS

Quanto à situação econômica financeira, o déficit orçamentário de 2,51%, de acordo com o Setor Econômico, foi em decorrência do desequilíbrio entre receitas e despesas de capital, portanto assistindo razão ao interessado nas suas alegações de defesa.”

Por todo o exposto, pleiteamos, também neste quesito, a compreensão desta Colenda Casa de Contas, haja vista que o déficit apresentado não teria havido caso nossos gastos sociais – Educação e Saúde – tivessem se limitado aos mínimos constitucionais, mesmo que para isso deixássemos de dar atendimento à população mais carente de nossa comunidade e não aplicássemos recursos para reforçar a infraestrutura de nossa cidade objetivando, da mesma forma, melhores condições de vida para nosso contribuinte.

B.1.3 - A Prefeitura não possui recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo

Neste quesito deve-se ressaltar que o índice apresentado pelo governo do Estado nas contas de 2017 também é baixo e o mesmo que não foi objeto de reprimenda por parte de Tribunal de Contas, como se vê:

	2016	2017	VARIAÇÃO (%) 2016-2017
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,7017	0,5237	-25,37%
LIQUIDEZ CORRENTE	1,7558	1,3096	-25,31%
LIQUIDEZ SECA	1,6638	1,2491	-24,92%

Data vênua, pleiteamos o mesmo tratamento então dispensado ao governo do Estado neste quesito.

Por óbvio que as condições econômicas do país não permitiram que o resultado das contas em comento fosse mais equilibrado, no entanto, entendemos que não merecemos penalização, haja vista o esforço que realizamos para trazer as despesas para patamares que pudessem ser suportados pela receita, como demonstrado.

Desta forma pleiteamos a relevação, posto nosso esforço em equilibrar as contas municipais demonstrado, pela evolução deste mesmo resultado.

B.1.5.a - Não pagamento de precatórios devidos no exercício;

Inicialmente, convém esclarecer que o processamento de pagamento dos precatórios do Município de Monte Mor está sendo analisado nos autos do **Processo DEPRE nº 9000249-25.2015.8.26.0500/03**, expediente esse que culminou no reconhecimento da submissão, pelo município, à sistemática de pagamentos do assim denominado **Regime Especial**.

O denominado Regime Especial contrapõe-se ao Regime Ordinário de pagamentos. Neste, tratado no artigo 100 da CF, todos os valores recebidos pelas entidades devedoras a título de

precatórios até o dia 01º de julho devem ser pagos integralmente até o final do exercício seguinte. Naquele, fruto do Poder Constituinte Derivado que atentou-se à precária situação financeira dos entes federativos que se encontravam em atraso com os pagamentos, possibilitou-se aos devedores o pagamento mediante o depósito de determinado percentual de suas receitas em conta-corrente administrada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a quem compete o posterior repasse desses valores aos seus respectivos credores, observada a preferência dos créditos (art. 102 e parágrafos do ADCT).

Esta municipalidade encontrava-se sujeita ao Regime Ordinário até 25/04/2017, data a partir da qual, por encontrar-se em situação de mora aos 25/03/2015 quanto aos seus pagamentos, passou a sujeitar-se ao Regime Especial, como se vê do despacho de fl. 18 do processo DEPRE em referência.

Por não possuir precatórios com vencimento no ano de 2017, o município ficou dispensado dos depósitos mensais durante esse exercício (fls. 22/25), tendo sido determinado, por outro lado, o depósito mensal de valores correspondentes a 1/12 (um doze avos) de 1 % da Receita Corrente Líquida do município, a partir de janeiro de 2018 (fls. 48), como forma de se adequar às regras estabelecidas pela EC nº 94/2016.

A ausência de depósitos durante o exercício de 2018 culminou no bloqueio da quantia de R\$ 1.838.309,76 (um milhão, oitocentos e trinta e oito mil, trezentos e nove reais e setenta e seis centavos) das contas da municipalidade, uma vez que, diante todas as outras inadiáveis obrigações que lhe são impostas e somado o fato da constante diminuição de sua arrecadação, não deteve suficiência financeira para proceder ao depósito dos valores devidos mensalmente.

A esse propósito, deve ser realçado que anteriormente ao bloqueio operado em suas contas, o município já estudava e elaborava plano de pagamento de seus precatórios a ser apresentado junto ao Tribunal de Justiça. Todavia, antes mesmo de sua conclusão e apresentação, os valores devidos foram bloqueados de suas contas.

Após o bloqueio operado para saldar os valores pendentes de pagamentos relativos ao período de janeiro a dezembro de 2018, o Prefeito Municipal desautorizou o questionamento do ato construtivo e consentiu com que os valores bloqueados fossem **revertidos para saldar a pendência do município junto ao Tribunal de Justiça**, na forma como assim ficou definido na reunião realizada aos 16/05/2019, na qual estiveram presentes os representantes da municipalidade e o Desembargador Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos, Dr. Aliende Ribeiro (fls. 111/112).

Nessa mesma ocasião, acordou-se que o município teria o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar o plano de pagamentos de seus precatórios, relativos ao exercício de 2019, o qual encontra-se atualmente em fase de elaboração.

Diante desse panorama, extrai-se que **as pendências relativas ao ano de 2018 encontram-se sanadas**, uma vez que o produto dos bloqueios concretizados servira após concordância e pedido da municipalidade, ao pagamento dos meses de janeiro a dezembro de 2018, nada mais havendo o município a pagar com relação a esse período.

B.1.5. b – Meta de quitação dos precatórios até 2024 comprometida.

Data vênua, a municipalidade discorda da afirmação consistente no sentido de que encontra-se comprometida a quitação dos precatórios até 2024, pois além de encontrar-se em dia com os pagamentos devidos a esse título quanto ao exercício de 2018, todas as medidas necessárias à quitação dos precatórios estão sendo adotadas, ressaltando-se, mais uma vez, que diante das ocorrências informadas no item precedente (**B.1.5.a**), encontra-se em dia o pagamento de precatórios do Município até o exercício de 2018, nada havendo de concreto para que se possa afirmar que a quitação até 2024 está comprometida.

Salientamos, ainda, que o Município tampouco lançou mão, até o presente momento, de um dos instrumentos de pagamento proposta pela Emenda Constitucional nº 94/2016, qual seja a contratação da linha de crédito especial para pagamento dos precatórios, a que faz menção o § 4º do artigo 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Nesse passo, numa eventualidade, a municipalidade poderá contratar essa linha de crédito especial autorizada constitucionalmente para esse específico fim, o que contribui ao afastamento da afirmativa de que a quitação de seu estoque de precatórios até 2024 encontra-se comprometida.

B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice C+

1. Dívida Ativa:

I. Não há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa conforme estabelece a Lei nº 6.830/80 (Referência: questão nº 13 do I-Fiscal);

De início, convém anotar, com o devido respeito, que o apontamento em questão não possui fundamento. Isto porque inexistente dispositivo na Lei 6.830/80 que obrigue os entes federativos estabelecer através de regulação específica os critérios para inscrição de seus débitos em dívida ativa. Até porque decorre do princípio federativo a competência tributária que lhe é conferida para cada um instituir e tratar de seus tributos.

Indo além, a par da previsão contida no artigo 39, § 1º da Lei 4320/64, que demonstra que o predicado de dívida ativa decorre simplesmente da ausência de pagamento de débitos fazendários após o transcurso do prazo para que seja feito, o **Código Tributário Municipal** (Lei Complementar nº 13/2008), estabelece em seu artigo 254 que, constitui dívida ativa tributária do Município, a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas tributárias de qualquer natureza, correção monetária e juros de mora, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, **depois de esgotado o prazo fixado para o pagamento pela Legislação Tributária ou por decisão final proferida em processo regular.**

Dessa forma, a inscrição de dívida ativa pelo Município pode se dar tanto no dia seguinte ao do vencimento da dívida não paga ou, quando impugnado o lançamento, no dia imediatamente posterior à data da decisão final proferida em regular procedimento administrativo.

Pelo que se nota, o apontamento não procede, razão pela qual o Município discorda da suposta irregularidade que lhe é atribuída, seja por sua irrelevância prática – porque todo e qualquer débito vencido é de fato inscrito em dívida ativa para eventual execução judicial, seja ainda em razão da expressa previsão contida no Código Tributário Municipal (art. 254).

B.3.4. DÍVIDA ATIVA

A Fiscalização fez as seguintes anotações:
Constatamos a seguinte ocorrência em relação à Dívida ativa: Cancelamento indevido de Dívida Ativa – Em nossa fiscalização “in loco” solicitamos à Administração que nos apresentasse a fundamentação jurídica para os cancelamentos de dívida ativa ocorridos em 2018. Todavia, dos R\$ 835.826,75 cancelados foram apresentadas justificativas apenas para R\$ 515.898,12. Questionada a respeito da diferença apurada de R\$ 319.928,63, a Origem admitiu, mediante declaração (Doc. 21), que foram cancelados indevidamente. Dada à relevância do tema, em especial à manutenção de direitos no Balanço da municipalidade, sugerimos que a próxima fiscalização atente para a correção da falha.

Com o devido respeito, **não** houve cancelamento indevido de Dívida Ativa.

Na ocasião da fiscalização “in loco” os agentes municipais disponibilizaram aos Agentes de Fiscalização Financeira as devidas justificativas de baixa de valores inscritos em dívida ativa, o que remonta ao valor de R\$ 515.898,12.

Ocorre que, equivocadamente foi registrado no sistema Audesp baixa no montante de R\$ 835.826,75, valor esse informado erroneamente pela empresa responsável pelo sistema de tributos do Município.

Após efetiva conferência desse valor informado pela empresa do sistema tributário, apurou-se pelo Departamento de Dívida Ativa, que os efetivos cancelamentos remontavam à quantia de R\$ 515.898,12, valores cujas baixas foram regularmente justificadas e

autorizadas pela legislação vigente, assim como inclusive informado mediante declaração formal aos Agentes de Fiscalização Financeira.

Portanto, a declaração lavrada pelo Município em nenhum momento admite haver cancelamento indevido de valores inscritos em dívida ativa, mas informa que a diferença entre os valores existentes no sistema Audesp e aquele informado quando da fiscalização “*in loco*” decorre de equívoco existente na planilha enviada ao Município pela empresa responsável pelo sistema de informática, antes de sua regular conferência pelo Departamento Responsável.

Saliente-se que essa ocorrência já foi devidamente comunicada pelo Departamento de Dívida Ativa do Município à Secretaria de Finanças, que ficou encarregada de retificar os balanços do Município no exercício vindouro, uma vez que a diferença de R\$ 319.928,63 não foi efetivamente objeto de cancelamento.

B.1.5. b - O Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Monte Mor não registra o saldo de precatórios devidos pelo município

Quanto a diferença apontada no Balanço Patrimonial do AUDESP, que segundo o Agente de Fiscalização, não registra corretamente as pendências judiciais, temos a ponderar que os valores e informação enviadas ao AUDESP é gerada por nosso sistema de informática, logo, não entendemos as divergências citadas.

Contudo, diante de tal apontamento a Municipalidade está questionando a empresa para que esta revise e corrija as divergências já no exercício.

No que diz respeito a divergência entre o mapa de precatórios enviado pelo TJ e nossos pagamentos, também nos causa

estranheza, haja vista que sendo aquele órgão responsável por fornecer a informação dos credores, assim como dos valores, os todos os pagamentos realizados o são com lastro nas informações contidas no tal mapa.

B.1.5. b – Meta de quitação dos precatórios até 2024 comprometida;

Como mencionado pelo próprio Agente de Fiscalização às fls. 14 a Administração firmou novo acordo, que foi homologado em 2019, conforme documentos acostados, restando claro, portanto, que a Meta de quitação está sendo cumprida.

B.1.6 - Não houve recolhimento da parte patronal dos Encargos do RPPS em 2018.

A Câmara Municipal, sabedora da situação financeira do município, aprovou o parcelamento dos valores não recolhidos ao Fundo de Previdência municipal, conforme Lei n. 2.651 de 27/11/ 2018 (doc. anexo), que autorizou o parcelamento da dívida das contribuições referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2018.

Referido parcelamento não causou nenhum prejuízo ao Instituto previdenciário de nosso município, e as parcelas estão sendo recolhidas normalmente.

B.1.9 – Divergência entre os dados relativos ao quadro de pessoal do órgão informados ao AUDESP e a realidade verificada “in loco”.

O Prefeito Municipal determinou a tomada de providências imediatamente.

B.1.9.1 – Cargos em comissão cujas características não atendem ao previsto no art. 37, inc. V, da Constituição Federal.

Visamos o cumprimento do princípio da legalidade, onde a regra geral para investidura no cargo público, como se sabe, está estipulada na Constituição Federal no art. 37, incisos I e II, que disciplina que *a investidura em cargos, empregos e funções públicas está sujeita à aprovação prévia em concurso público*, ressalvadas as hipóteses de investidura em cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, e as contratações por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Os cargos em comissão podem ser compreendidos como aqueles que têm caráter transitório e de confiança, provido para o exercício de função de direção, chefia e assessoramento, segundo determinação legal constante da Constituição Federal, art. 37, inciso V².

Neste contexto, a Municipalidade agiu conforme o determinado pela lei, um dos alicerces da Administração Pública. Sobre o assunto, têm-se os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles³, reconhecido hermeneuta na área do Direito Administrativo, que cita:

A legalidade, como princípio da administração (CF, art. 37, *caput*), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de

2Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

3 **Direito Administrativo Brasileiro**. 33^a. ed. São Paulo. Malheiros. 2007, pág. 87.

praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, cível e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito.

É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos. (g.n.)

Sobre o uso do poder público o já citado doutrinador, se posiciona da seguinte forma:

“[...] Usar normalmente do poder é empregá-lo segundo as normas legais, a moral da instituição, a finalidade do ato e as exigências do interesse público⁴.”

E, quanto aos poderes administrativos, acrescenta-se que estes são *verdadeiros instrumentos de trabalho, adequados à realização das tarefas administrativas*, onde, a Administração Pública é detentora de *Poder Vinculado*⁵ perante os seus atos, conforme segue:

Nesses atos, a norma legal condiciona sua expedição aos dados consoantes de seu texto. Daí se dizer que tais atos são *vinculados* ou *regrados*, significando que, na sua prática, o agente público fica inteiramente preso ao enunciado da lei, em todas as suas especificações. Nessa categoria de atos a liberdade de ação do administrador é mínima, pois terá de se ater à enumeração minuciosa do Direito Positivo para realizá-los eficazmente. Deixando de

4 **Direito Administrativo Brasileiro**. 33ª. ed. São Paulo. Malheiros. 2007, pág. 110.

5 **Direito Administrativo Brasileiro**. 33ª. ed. São Paulo. Malheiros. 2007, pág. 117.

atender a qualquer dado expresso na lei, o ato é nulo, por desvinculado de seu tipo-padrão.

Assim sendo, Administração pretérita, em observação ao preceito da legalidade, elaborou a Lei para a contratação dos comissionados, que foi devidamente aprovada e sancionada. Portanto, a partir da presunção de legalidade, a atual Administração realizou as contratações conforme os ditames das Leis em vigência, até mesmo porque as citadas leis que criaram os cargos comissionados vigem há muitos anos.

Por fim, esta Administração se compromete a elaborar estudos para analisar os apontamentos e futuramente proceder pelas correções.

Importante ressaltar que as contratações apontadas não repercutiram negativamente na atividade administrativa, pelo contrário, possibilitou a continuidade dos serviços públicos. Deste feito, se pleiteia a **desconsideração do apontamento**.

B.2.1 – Falhas verificadas quanto à inscrição e ao percentual de recebimento da Dívida Ativa.

B.2.2 – Falhas verificadas quanto normatização da estrutura organizacional da administração tributária e quanto à falta de adoção de medidas efetivas para aumento da arrecadação.

Este Tribunal de Contas é sabedor que o recebimento do estoque da dívida ativa está intimamente ligado ao movimento da economia do país e a renda dos cidadãos.

Também é de conhecimento geral que o país, atravessa mais uma de suas intermináveis crises que resultou em altas

taxas de desemprego da população economicamente ativa, fazendo com que a renda apresente queda.

Este cenário reflete diretamente na arrecadação desta importante receita, haja vista que os poucos recursos do cidadão são utilizados para despesas essenciais, tais como energia elétrica, água, alimentação, transporte, fazendo com que o pagamento de suas obrigações tributárias seja relegado ao segundo plano.

Cumpre-nos ressaltar que serão tomadas medidas enérgicas visando a correta inscrição e consequente recebimento da Dívida Ativa, portanto, serão feitos esforços redobrados no sentido de receber os valores devidos.

B.2.3 – Não adoção de alíquotas progressivas para cobrança de IPTU e ausência de estudos do impacto orçamentário-financeiro para renúncias de receita decorrente da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária;

No próprio texto Constitucional, mencionado pelo Agente de Fiscalização, há a condicionante da adoção das referidas alíquotas progressivas, como se vê:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I **poderá:**

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel

Anote-se que a faculdade na instituição de alíquotas progressivas na cobrança do IPTU é corroborada pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que em seu artigo 11 atribui aos entes federativos a penalidade de vedação ao recebimento de transferências voluntárias apenas quando da ausência de instituição, previsão e efetiva arrecadação de seus tributos, inexistindo qualquer tipo de sanção à alegada não previsão de alíquotas progressivas que, repise-se, consubstancia **faculdade do ente federativo**.

O Município, não regulamentou a progressividade, até mesmo porque entende ser faculdade do Município, porém estuda as possibilidades de se adotar tais medidas futuramente, assim como recomendado pela diligente Fiscalização de Contas.

Quanto ao apontamento consistente em suposta ausência de estudos do impacto orçamentário-financeiro para renúncias de receita decorrente da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, com o devido respeito, quer nos parecer que os nobres Agentes de Fiscalização não se atentaram aos documentos colacionados nos respectivos procedimentos administrativos que eventualmente tenham concedido algum benefício de natureza tributária, pois no bojo de todos eles consta o regular relatório de impacto orçamentário e financeiro (conforme cópia ora disponibilizada). De anotar-se, portanto, que **inexiste ato de renúncia de receita** do Município de Monte Mor, em razão de descumprimento dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II. O município não estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel, conforme Súmula 656 – STF (Referência: questão nº 11 do I-Fiscal).

As mesmas razões invocadas para a questão da ausência de progressividade das alíquotas de IPTU justificam a ausência de alíquota progressiva para o IPTU, acrescendo-se ainda que nesta hipótese (para o ITBI), a progressividade foi apenas reconhecida como legítima na súmula de jurisprudência repetitiva do STF, não havendo nenhuma obrigatoriedade do ente instituir as alíquotas progressivas quanto ao ITBI.

A propósito, a edição de Súmula pelos Tribunais apenas se dá para dirimir dúvidas sobre a aplicabilidade de preceitos jurídicos (se determinada conduta é legal ou não perante a legislação), o que demonstra com mais razão a ausência de obrigatoriedade quanto conduta tida por irregular pelos Agentes de Fiscalização.

III. Nenhuma renúncia, decorrente da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, é precedida de estudos do impacto orçamentário-financeiro, nos termos do Artigo 14 da LRF (Referência: questão nº 12 do I-Fiscal).

Data vênua, repisamos as justificativas utilizadas no item **B.2.3. *supra***.

B.3.2 - Inobservância da ordem cronológica de pagamentos, sem a publicação das respectivas justificativas;

É de conhecimento público e notório que o País passa por uma enorme crise, principalmente de ordem financeira e, conseqüentemente, pequenos municípios, como é o caso de Monte Mor, com uma arrecadação limitada e com uma população carente ao ponto de impossibilitar um incremento significativo de suas receitas próprias vem sofrendo sobremaneira os reflexos dessa crise.

A falta dinheiro aos cofres públicos e o gestor, sem ter recursos para arcar com todas as despesas, se vê obrigado a priorizar aquelas despesas que, caso não sejam satisfeitas, possam acarretar um maior prejuízo à população, pois podem gerar a suspensão da prestação de serviços essenciais ou mesmo a entrega de produtos que, em sua falta, podem causar sérias consequências aos munícipes, como é o caso de remédios, por exemplo.

Nesse sentido a quebra da ordem cronológica de pagamentos tratou-se, no máximo, da falha formal, totalmente isenta de dolo ou má-fé procedimental e que visou exclusivamente a continuidade na prestação de serviços essenciais.

Outrossim, o suposto descumprimento não acarretou e não acarretará prejuízo aos credores que foram preteridos uma vez que os mesmos já estão recebendo o que lhes é devido pela administração.

Assim, entende-se justificado o referido apontamento e assume-se o compromisso de se buscar o estrito cumprimento da ordem cronológica de pagamentos.

B.3.3 – Falhas em relação à Tesouraria que persistiram após os apontamentos da fiscalização ordenada no setor, em relação ao cargo de tesoureiro que é exercido por servidor comissionado e à ausência da AVCB do prédio onde funciona a tesouraria;

Em relação as falhas apontadas no Setor de Tesouraria, e ausência do AVCB do prédio, o Sr. Prefeito Municipal determinou a tomada de providências imediatamente, conforme documento ora anexado.

Já quanto à questão da ocupação do cargo de Tesoureiro por servidor comissionado, têm-se a informar que assim se fez necessário devido o limitado contingente do funcionalismo público municipal, e acabou-se por nomeá-lo, situação que perdurou por algum período, sem prejuízos aos bons préstimos dos serviços.

Por muitas vezes uma disposição limitada de servidores, acaba, forçosamente, em situações dessa natureza, onde, apesar de conhecedora das recomendações deste E. Tribunal através de seus Comunicados, não vê outra saída por contar com reduzido contingente.

Assim, solicita-se a relevação do apontado, ressaltando ser um ato que visa apenas a continuidade dos serviços de forma transitória, e que logo será regularizado.

PERSPECTIVA C – ENSINO

Conforme apurado a aplicação na Educação atingiu **25,98%** cumprindo a determinação constitucional.

Ressaltamos que as pequenas inadequações verificadas com relação aos quesitos são meramente formais e certamente não têm o condão de inquinar as contas em exame, pelo que roga sejam elas relegadas ao campo das recomendações.

Em relação as ponderações da Fiscalização, anexamos as informações prestadas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**. (doc. anexo)

C.1.1 – Insuficiência de vagas no ensino infantil e atraso em obra de construção de creche que poderia minimizar o problema.

Cumpramos esclarecermos que o Município de Monte Mor tem sempre buscado atuar de maneira significativa e da melhor maneira possível no que diz respeito à área da educação, seara fundamental para um bom desenvolvimento da sociedade, tanto é que o município, por vários anos seguidos, tem conseguido superar a meta estipulada para o Índice de Desenvolvimento da Educação básica – IDEB, desde o ano de 2007 até a dada do último IDEB.

Quanto à alegada fila de espera, esclarecemos que o Município, com o objetivo de equacionar o problema das vagas, pretende retomar a construção da Creche, sendo que já foram iniciadas as tratativas e estudos para a construção de uma nova Creche.

Por fim, vale ressaltar que a Municipalidade tem diligenciado junto aos demais entes federativos, visando obter recursos para melhor adequação do sistema municipal de educação visando, dentre outros fatores a serem tratados, sanar a questão da fila de espera dentro da rede municipal.

C.2.1 – A Prefeitura não aplicou nenhum programa municipal de avaliação de rendimento escolar no ano de 2018.

A presente falha será corrigida no exercício corrente, a previsão é de que a avaliação seja aplicada no segundo semestre para acompanhar os avanços e as dificuldades dos alunos.

C.2.2 - Ocorrências verificadas em relação à porcentagem de alunos que concluíram o ano letivo em período integral, divergência da quantidade de matrícula no Ensino infantil e os dados do Censo escolar;

C.2.3 - Ocorrências verificadas em relação às retenções de alunos, quantidade de alunos por turma, metragem das salas de aula em relação à quantidade de aluno e ausência de ações para enfrentamento de bullying.

C.2.4 - Falhas verificadas em relação à infraestrutura e equipamentos das Escolas Municipais.

A Municipalidade trabalha para que todas as escolas municipais possuam totais condições de funcionamento.

Para tal fim, reformas são realizadas conforme há a disposição de recursos financeiros para suportarem os gastos com tais consertos.

C.2.5 - Ocorrências em relação à formação de professores;

A Administração Municipal sempre estimulou os professores a fazerem o Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial ou à distância, valorizando as pessoas licenciadas por meio de pontuação para classificação de atribuição de aulas.

Contudo, vale destacar que os professores mencionados, apesar de não possuírem formação de nível superior, são habilitados para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, vez que são portadores de diploma de magistério de nível médio, conforme documentação anexa.

Neste sentido relembramos o disposto no Artigo 62 da Lei Nº 9.394/96 (LDB) que estabelece: *“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”*.

Diante dos fatos, solicitamos a relevação do apontamento, vez que não qualquer dano.

C.2.6 - Falta de entrega de Kit escolar e uniformes à rede municipal de Ensino.

O Município tem envidado esforços para propiciar todo o necessário e de melhor qualidade para os pequenos munícipes que frequentam os bancos escolares da Rede Municipal de Educação, atendendo todas as demandas necessárias dentro de suas possibilidades e em obediência a legislação vigentes.

Ocorre que já há certo tempo os municípios como um todo tem sido gravemente assolados pela crise econômica nacional, em especial aqueles Município de porte mais exíguo, como é o caso deste Município, mas que vem lutando para continuar a oferecer todo o necessário e de melhor qualidade para os munícipes, em especial na área da educação, que merece toda a atenção necessária para o seu normal desempenho dado a sua importância.

Em razão do mencionado acima, no ano de 2018 a municipalidade não conseguiu realizar a entrega dos uniformes escolares aos infantes da Rede Municipal, porém continua envidando esforços e estudos para a distribuição destes o mais breve possível.

No que diz respeito aos kits escolares, esta municipalidade informa que os mesmos são mantidos no almoxarifado das escolas e que são entregues aos alunos sempre que necessário para o seu emprego nas atividades. Isso porque o Município preza pela boa qualidade dos materiais que são fornecidos aos discentes das unidades escolares da Rede Municipal.

C.2.7 - O município possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como temporários.

Em relação aos contratos temporários, esclarecemos que se fizeram necessário para cobrir afastamentos de funções de confiança, licenças médicas acima de 15 dias e licenças gestante.

C.3 - Irregularidades verificadas na infraestrutura dos prédios e equipamentos quebrados em escolas visitadas durante fiscalização “in loco” e de escolas cujas irregularidades apontadas na V Fiscalização Ordenada foram confirmadas em nossa fiscalização de encerramento.

C.3 - Irregularidades remanescentes dos apontamentos de Fiscalização Ordenada do Transporte escolar.

A Municipalidade trabalha para que todas as escolas municipais possuam totais condições de funcionamento.

Para tal fim, reformas são realizadas conforme há a disposição de recursos financeiros para suportarem os gastos com tais consertos.

PERSPECTIVA D – SAÚDE

Conforme apurado a aplicação na Saúde atingiu **26,21%** cumprindo a determinação constitucional.

Ressaltamos que as pequenas inadequações verificadas com relação aos quesitos são meramente formais e certamente não têm o condão de inquinar as contas em exame, pelo que roga sejam elas relegadas ao campo das recomendações.

Em relação as ponderações da Fiscalização, anexamos as informações prestadas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. (doc. anexo)

D.2.a – Não existe controle de resolutividade dos atendimentos dos pacientes.

O Município não possui um controle específico da resolutividade dos atendimentos dos pacientes, já que os agentes comunitários de saúde realizam o acompanhamento, porém a Secretaria Municipal de Saúde buscará a implantação do inquérito domiciliar a ser verificado pelos agentes comunitários de saúde, dentro de suas atribuições para que ocorra sistematicamente o controle dos atendimentos.

D.2.b – A gestão municipal não remunera ou premia os trabalhadores considerando o desempenho de acordo com metas e resultados pactuados com as equipes de atenção básica.

D.2.c – O número de equipes de Saúde da Família não cobre 100% da população do município.

D.2.d – Nem todas as unidades de saúde possuem gestão de estoque informatizada dos materiais/insumos e medicamentos;

D.2.e – O município informou que houve internações por doenças sensíveis à atenção básica;

D.2.f – O Município não possui protocolos de encaminhamento para realização de exames médicos e de consultas de especialidades para as referências;

D.2.g – O município teve casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade.

D.2.h – A proporção de partos normais na rede SUS foi inferior a 70%.

D.2.i – Foram diagnosticados casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano de 2018 com exame anti-HIV realizado.

D.2.j – Falhas na infraestrutura das unidades de saúde do município.

O Prefeito Municipal, objetivando solucionar a questão, promoveu a notificação dos responsáveis para que tomem providências, visando a adequação de todas as falhas apontadas, conforme documento anexo.

D.2.k – O município não implantou o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus);

Apesar de não ter instituído, ainda, o sistema Hórus, a Municipalidade possui sistema próprio que permite o controle e distribuição dos medicamentos disponíveis no Sistema Único de Saúde.

D.2.l – Os médicos não cumprem integralmente sua jornada de trabalho.

Os médicos já foram notificados quanto à necessidade do cumprimento da carga horária, conforme notificação em anexo.

D.2.m – A Prefeitura não possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde.

A Prefeitura Municipal não possui Plano de cargos e salários em específico para os profissionais da saúde, porém no Município existe o Estatuto dos Funcionários Públicos, o qual rege sobre o funcionalismo público, independente do setor.

D.2.n – Coberturas de Campanhas de vacinação não atingiram 100%;

A questão da ausência de cobertura vacinal integral não é um fenômeno municipal, como se tem observado na mídia. Atualmente há o desenvolvimento de resistência da população às vacinas, em razão de boatos que se disseminam nas redes sociais sobre a desnecessidade de tal cuidado, assim como, de suposto perigo oferecido pelas vacinas.

No entanto, segundo avaliação da Enfermeira responsável pela VEP, o município apresenta cobertura vacinal em crianças entre 70 e 90% conforme sistema do Ministério DATA SUS.

Estamos trabalhando para uma maior cobertura vacinal com a realização, por parte dos Agentes Comunitários de saúde de busca ativa tanto de crianças, quanto de idosos para que estes sejam imunizados.

D.2.o – Não houve cobertura de 80% dos imóveis visitados para controle vetorial da dengue em todos os ciclos de visitas.

D.2.p – Falhas verificadas na identificação e acompanhamento de Doenças Crônicas.

D.2.q – Falhas verificadas em relação à prevenção e combate às Drogas.

Problema nacional, mais, problema mundial. Apesar de inúmeras campanhas nacionais o que se observa é um crescente consumo de drogas, tanto as lícitas como as ilícitas.

No entanto, as ações de prevenção e tratamento de drogas estão sendo realizadas através do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial objetivando combater o problema.

D.2.r – Falhas relacionadas à Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Saúde.

O Prefeito Municipal determinou a tomada de providências.

PERSPECTIVA E – GESTÃO AMBIENTAL

E.1.a - Nem toda a população do município é abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada.

E.1.b - Não existem Ações e Medidas de Contingenciamento, nem plano emergencial para fornecimento de água potável para os Períodos de Estiagem;

Inicialmente cumpre informar que não há histórico de longos períodos de estiagem que tenham originado a falta de

fornecimento de água potável nos prédios municipais, e em toda a população em geral do Município.

No entanto, entende-se como adequado promover aditamento no Contrato de Programa junto a SABESP, para que seja incluído o fornecimento emergencial dos prédios públicos municipais, item a ser analisado pelos departamentos jurídicos de ambas.

E.1.c - Nem todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana.

Nesse sentido, informa a Municipalidade que está trabalhando gradativamente para a adequação.

E.1.d - O município não possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal.

As recomendações foram encaminhadas aos Setores responsáveis para que iniciem estudos para a realização do referido cronograma.

Segundo consta, a Prefeitura Municipal vem tomando medidas para abertura de processo licitatório que irá atender as manutenções preventivas dos veículos.

No que tange à substituição da frota, acredita-se que essa questão esbarra no aspecto financeiro da Administração Municipal, a quem caberá verificar a disponibilidade e conveniência.

E.1.e - O município não está habilitado junto ao CONSEMA para licenciar os empreendimentos de impacto local.

O município não possui corpo técnico capacitado para atender aos critérios deste órgão responsável pelo licenciamento de atividades com impactos ambientais, sendo assim este trabalho é realizado pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

E.1.f - Nem todos da prefeitura participaram de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares;

A participação aconteceu conforme a disponibilidade, porém nos comprometemos a estimular maior participação.

E.1.g - A Prefeitura não possui Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil.

A atual gestão deu início aos levantamentos, diagnósticos e estudos para elaboração do Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil o, onde serão contempladas todas as especificidades sendo que as primeiras iniciativas já foram tomadas.

O referido Plano do município encontra-se em fase de elaboração, contudo cabe destacar que, embora não o estejamos realizando com a necessária agilidade, pela mais absoluta indisponibilidade de equipe, os trabalhos não estão parados e a edição do Plano encontra-se em andamento.

Vale destacar que a realidade dos pequenos Municípios, como no nosso caso, em muito impossibilita a adequação e a solução do problema, mas o trabalho é contínuo e visando a elaboração e adequação da questão dos resíduos sólidos no Município.

E.1.h - O município não possui controle ou registro das autuações realizadas por queimada urbana.

As ocorrências foram conhecidas e passam por estudos, a fim de viabilizar a regularização.

Ao final, gostaríamos de salientar que os apontamentos da Fiscalização, data vênha, são meramente formais e certamente não são aptas a macular as contas em análise, pelo que roga sejam elas relegadas ao campo das recomendações.

PERSPECTIVA F- GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1.a - O município não utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres, conforme consta na Lei nº 12.608/12 sobre Política de Proteção e Defesa Civil dispõe em seu artigo 8º.

As ocorrências foram conhecidas e passam por estudos, a fim de viabilizar a regularização.

F.1.b - O município não possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, atualizado.

As ocorrências foram conhecidas e passam por estudos, a fim de viabilizar a regularização. Acontece que nem sempre as soluções são simples, em sua maioria envolvem planejamento, gastos e tempo.

Consciente da necessidade de posicionar-se quanto às recomendações desta Corte o Prefeito Municipal solicitou a observação do apontado com maior rigor.

Algumas medidas solutivas foram tomadas, naquilo que, para o momento, era possível fazer. As medidas mais urgentes foram tomadas, sendo que, as que não ensejavam decisões imediatas, relacionou-se para que fossem aperfeiçoadas ao longo dos meses.

Em razão da completa ausência de prejuízo à ordem administrativa, pleiteamos a desconsideração do apontamento em discussão.

F.1.c - Falhas verificadas na pavimentação e sinalização de vias públicas.

A prefeitura possui diversos convênios, em âmbitos Estadual e Federal, de recursos financeiros de pavimentação e recapeamento asfáltico em diversas áreas do Município, que contemplam a execução de sinalização viária horizontal e vertical dos logradouros públicos, sendo que alguns convênios estão em execução e outros em tramite de aprovação.

PERSPECTIVA G – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1.1 - A Municipalidade comprometeu a integridade e a veracidade de dados disponibilizados ao público.

A regularidade já foi devidamente esclarecida nos itens acima.

G.1.1 – O site da Prefeitura não possui o Serviço de Informação ao Cidadão.

O Prefeito Municipal determinou, a tomada de providências para a regularização do apontamento.

G.2 – Foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audeesp.

O Prefeito Municipal determinou, a tomada de providências imediatamente.

Não obstante, sem prejuízo das medidas corretivas, é mister salientar que a alimentação do sistema AUDESP com informações imprecisas não pode, somente ela, ter o condão de ensejar a rejeição das contas municipais.

Isso porque a verificação dos dados por meio do sistema AUDESP é apenas uma das maneiras de se verificar as prestações de contas, em que a verificação por excelência é a diligência *in loco* e a requisição de documentos. Da mesma forma que o AUDESP não exclui a necessidade de esse C. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo proceder à verificação *in loco* dos órgãos públicos, a entidade auditada deve prestar as informações tanto ao AUDESP quanto aos agentes de fiscalização.

Dita sistemática visa evitar possíveis descompassos ocasionados em grande parte por equívocos meramente procedimentais. Tanto assim se passa que, mesmo após a realização da fiscalização local, é cabível ao i. Conselheiro Relator determinar a audiência dos responsáveis, nos termos do artigo 29, da Lei Estadual Complementar nº 709/1993, facultando-se aos municípios apresentarem as informações e esclarecimentos que julgarem necessárias.

Dessa forma, mesmo ao longo do processo, a Prefeitura poderá fornecer os dados necessários ao esclarecimento das dúvidas eventualmente aventadas pela auditoria.

Demais disso, ao proceder à correção de erros encontrados nos lançamentos efetuados no AUDESP, mesmo que em sede de manifestação formal nos autos da prestação de contas, a Municipalidade cumpre fielmente seu dever de transparência, não se fazendo aceitável a rejeição das contas.

Com fulcro em todos esses motivos, pugna esta Municipalidade, desde já, pela relevação em tela.

G.3.a – Nas licitações que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação não há envolvimento de pessoal de TI, nem é utilizada métrica para determinar o tamanho do software a ser adquirido, melhorado ou para sua manutenção;

A métrica de software está longe de desenvolver um padrão amplamente aceito com resultados sem fatores subjetivos. O elemento principal de uma métrica é o seu objetivo. Não se pode gerenciar aquilo que não se pode medir. Fato é que os sistemas informatizados da prefeitura são terceirizados, e a métrica avaliada pela administração é o custo/benefício dos serviços contratados.

G.3.b – A Prefeitura municipal não define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI.

As competências relativas às atividades do pessoal de TI estão sendo providenciadas e relacionadas pelo Setor responsável conforme descritivo anexo.

G.3.c – A Prefeitura não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI.

A Prefeitura não disponibiliza capacitação e atualização constante pois os nossos sistemas são terceirizados, porém sempre que possível a Municipalidade custeia a participação em treinamentos.

G.3.d – A prefeitura municipal não possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro.

O PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação é um documento que deve conter um conjunto de normas, métodos e procedimentos relacionados à segurança da informação. A Prefeitura não possui documento formal publicado, porém são realizadas todas as práticas e ações quanto à segurança da informação. Estudamos a formalização do documento.

G.3.e – A Prefeitura Municipal não possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais.

A Política de Segurança da Informação (PSI) é um documento que deve conter um conjunto de normas, métodos e procedimentos relacionados à segurança da informação. A Prefeitura não possui documento formal publicado, porém são realizadas todas as práticas e ações quanto à segurança da informação. Estudamos a formalização do documento.

G.3.f – Falhas em relação ao armazenamento dos dados da Dívida Ativa;

G.3.g – O banco de dados de contribuintes para emissão de Nota Fiscal Eletrônica está em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas;

Quanto às questões relacionadas aos dados da Dívida Ativa, têm-se a informar que os referidos dados estão todos em bancos de informações, plenamente acessíveis e sigilosos, e como bem salientou o Agente de Fiscalização em sistemas terceirizados.

A Administração pode contratar serviços terceirizados, não havendo qualquer legislação que a proíba, pois se houvesse, estaria contrariando diretamente a discricionariedade do Poder Público.

Quando se fala em serviços de sistema temos que ter em mente o processo de desenvolvimento do mesmo, e todas as suas variáveis quanto à tecnologia e conhecimentos específicos e singulares dos desenvolvedores, sendo incabível ansiar que um servidor público tenha tal expertise e conceba àquilo que a Gestão necessita para a segurança e acesso dos dados.

Assim, diante do exposto, vê-se que a finalidade é deter informações, e manter um banco de dados, o que de pronto se está realizando.

Isto posto, requeremos a relevação do presente apontamento.

G.3.h – Não há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas);

A Lei permite, porém não torna obrigatória a realização de compras eletrônicas, isso fica a critério do setor responsável pelas compras e licitações do município.

G.3.i – Publicação parcial dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

O Prefeito Municipal determinou a publicação dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos, as informações já se encontram disponíveis e acessíveis no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Monte Mor através do link

PERSPECTIVA H – OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.2 – Desatendimento a Instruções e recomendações deste Tribunal de Contas.

A Administração Municipal não vem medindo esforços para adequar-se às orientações e recomendações desta E. Corte de Contas.

Desta forma, as providências vêm sendo adotadas, de modo que o presente apontamento, sozinho, não deve ser causa determinante para macular as contas do exercício sob análise, uma vez que nossos índices de aplicação obrigatória, conforme exposto na preambular dessa, revela o comprometimento desta administradora pública e a eficiência dos gastos realizados.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e da documentação acostada, por ora, espera a Prefeitura Municipal de Monte Mor ter esclarecido plenamente as notas formuladas pela Fiscalização e, considerando o que mais consta do Relatório, entendemos ter sanado todas as dúvidas acerca da matéria avençadas nas presentes Justificativas que, contudo, serão

robustamente instruídas com outras informações e documentação ao longo da presente instrução processual.

Portanto, diante da licitude dos procedimentos adotados, requer a municipalidade sejam conhecidos os presentes esclarecimentos, concluindo-se, ao final, pela integral regularidade das Contas Municipais apresentadas, sendo produzido *Parecer Favorável* acerca da matéria.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 18 de setembro de 2019.

Rosely de J. Lemos

OAB/SP 124.850

José Américo Lombardi

OAB/SP 107.319